



depet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

ABRIL DE 1997
Nº 128

O Substitutivo Alienígena

O artigo O Substitutivo Alienígena, do vice-diretor de Comunicação da AEPET, José Conrado, foi publicado nos jornais: Jornal do Commercio (11/3) e Tribuna da Imprensa (12/3). Foi também distribuído a todos os deputados federais antes da votação da regulamentação do setor petrolífero. Em sua coluna no jornal O Globo (5/3), o ex-deputado Márcio Moreira Alves cita O Substitutivo Alienígena ao explicar o adiamento da votação do projeto na Comissão, marcada inicialmente para 4 de março. Explicita que a AEPET, em seu trabalho, destaca o artigo 56, agora suprimido quando da votação em plenário. Em outra coluna, de 21 de março último, Márcio Moreira Alves volta a falar da AEPET e no artigo 56. Um dia antes, também no jornal O Globo, Tereza Cruvinel, na coluna Panorama Político, fez um comentário, tomando como base a teoria defendida no artigo de José Conrado.

MARCIO MOREIRA
ALVES

O nervo da guerra

Os defensores da Petrobras tal como existe, representados pela sua associação de engenheiros, a AEPET, levantaram várias objeções pontuais. Uma delas, intitulada "substitutivo alienígena", no bom estilo dos panfletários do início do século, só não trata Eliseu Resende de renegado. Os defensores da Petrobras argumentam que o disposto no artigo 56, que proíbe os 25 mil postos de combustíveis e os grandes consumidores, como as companhias de aviação, de comprar produtos diretamente das refinarias, obrigando-os a se abastecerem nas distribuidoras, o que encareceria, por exemplo, a gasolina em R\$ 72 por metro cúbico. Asseguram que o dispositivo eleva o "custo Brasil", só em gasolina, em R\$ 1,29 bilhão por ano. Uma emenda acolhida pelo relator não aplica este artigo à venda da nafta à indústria petroquímica e de derivados básicos às usinas termelétricas. José Conrado de Sousa, diretor da AEPET, afirma que esta exceção significa que R\$ 600 milhões serão desviados por ano dos cofres da Petrobras para os donos de empresas petroquímicas, setor hoje integralmente privatizado.

Por esses exemplos se pode ter uma idéia da complexidade do projeto. Pode até ser que seja votado hoje. Mas não é fácil.

O Globo - 5/3/97

Mostrando-se submisso ao estudo do Banco Mundial intitulado *Natural Gas Pricing and Regulatory Study*, onde consta, na página 162, a proibição dos postos comprar diretamente dos refinadores, o substitutivo do deputado Eliseu Resende, do PFL de MG, introduziu no projeto de lei de regulamentação da quebra do monopólio do petróleo da União, o artigo 56, proibindo aos postos comprar diretamente dos refinadores. Esse artigo eliminará a extraordinária possibilidade de se estabelecer um regime de altíssima competição, na medida em que, ao invés de um cartel de megadistribuidoras, teríamos potencialmente 25.000 novas distribuidoras (os 25 mil postos) competindo entre si, por menores preços.

E mais, comprando dos refinadores, os postos pagariam pela atividade de carregar caminhões-tanque nas refinarias R\$ 8/m³. Ou seja, R\$ 72/m³ a mais. Para entendermos o posicionamento dos que são favoráveis a esta medida é preciso quantificá-la financeiramente. No caso da gasolina, cujo consumo anual é de 18 milhões de m³, se os postos comprassem diretamente dos refinadores, teríamos uma brutal capacidade de redução do chamado custo Brasil, de R\$ 1,29 bilhão/ano (18 milhões de m³ x R\$ 72/m³).

Aplicando esse raciocínio

para os demais produtos, seria possível reduzir o custo Brasil em mais de R\$ 3 bilhões/ano.

Depois de divulgado, o substitutivo do deputado Eliseu Resende foi submetido a uma série de emendas que resultaram em alterações, uma delas incorporando no artigo 56 um parágrafo único: "O disposto neste artigo não se aplica à venda de nafta à indústria petroquímica e de derivados básicos às usinas térmicas de geração de energia elétrica."

Isso significa R\$ 600 milhões/ano desviados dos cofres da Petrobras para os cofres dos proprietários petroquímicos. Cabendo as seguintes indagações: por que não estender o mesmo benefício para as empresas áreas (Varig, Transbrasil, Vasp) que teriam seus custos substancialmente reduzidos ao comprarem diretamente dos refinadores? E o grupo Votorantim? E as empresas de ônibus? E os 25 mil postos? Por que a proibição de poderem comprar diretamente dos refinadores? O que pretende o artigo 56 do substitutivo? Engordar os absurdos lucros do cartel das megadistribuidoras?

Não há dúvidas, a eliminação desses subsídios espúrios, juntamente com a possibilidade dos postos comprarem diretamente dos refinadores, representaria um potencial de redução do chamado custo Brasil de R\$ 3,6 bilhões/ano.

(Continua no verso)

O Substitutivo Alienígena (continuação)

Então, os deputados que lutam tenazmente por cinco anos de condições privilegiadíssimas para grupos de apaniguados, conforme o artigo 73 do substitutivo, defendem, na verdade, o **desvio de R\$ 18 bilhões (R\$ 3,6 bilhões/ano x 5 anos) dos cofres da Petrobras** para os cofres dos empresários petroquímicos e das megadistribuidoras, impedindo a Petrobras de desenvolver uma série de projetos de interesse do Brasil, construindo novas refinarias nos Estados, ampliando a rede de oleodutos e, com isso, gerando milhares de novos empregos.

PANORAMA POLÍTICO TEREZA CRUVINEL

Sinais trocados

A votação dos destaques da lei do petróleo, anteontem, foi uma daquelas cenas em que vaca estranha bezerro, como gostam de dizer os políticos. A briga de Inocêncio de Oliveira, líder do PFL, e Aécio Neves, líder do PSDB (no caso, aliado do bloco de esquerda) produzia, na verdade, uma queda-de-braço entre as distribuidoras de combustíveis e os grandes consumidores, ali representados pelas companhias de aviação, na pessoa de Anchieta Hércias, da Transbrasil. Ele trombou com amigos do PFL.

As distribuidoras queriam manter um cartel, o mercado cativo, por cinco anos. Eram apoiadas pelos liberais. O PSDB e a esquerda é que se encarregaram de brigar pelo livre mercado, aprovando o dispositivo que permitirá a qualquer grande consumidor comprar diretamente das refinarias. Isso é cortar o custo Brasil, bandeira dos liberais.

O governo, como estava na questão? Dividido, tanto quanto seus líderes e sua base.

O Globo - 20/3/97

Nesse ponto, não poderia deixar de citar o contraditório artigo 33 do substitutivo: "Nos blocos em que, quando do início da vigência desta Lei, tenha a Petrobras realizado descobertas comerciais ou promovido investimentos expressivos na exploração, poderá ela, observada sua capacidade de investir, inclusive através de financiamentos, prosseguir nos trabalhos de exploração e desenvolvimento pelo prazo de três anos e, nos casos de êxito, prosseguir nas atividades de produção".

Mal comparando, seria como cortar as pernas de um homem e mandá-lo participar de uma maratona competindo com corredores profissionais, dando aos mesmos a vantagem de 5 mil metros. É exatamente isso o que faz o substitutivo do deputado Eliseu Resende com a Petrobras. Cuida de desviar os recursos da Petrobras para empresas multinacionais e, depois, sob a alegação de suposta falta de recursos da Petrobras, estabelece artigos onde a Agência Nacional do Petróleo tomará os campos de produção descobertos pela Petrobras para **entregá-los** às multinacionais.

Há muitos outros artigos contraditórios no substitutivo do deputado Eliseu Resende, do PFL de MG. O mais perverso é a eliminação, desde já, sem qualquer tempo de transição, dos subsídios sociais que existiam para garantir preços adequados às Regiões mais distantes, pobres e desprovidas de refinarias, sem qualquer preocupação com os efeitos danosos que serão causados aos segmentos econômicos das citadas Regiões, particularmente à agricultura.

Os consumidores já estão pagando por este entreguismo.

A gasolina, em setembro de 1996, custava R\$ 0,52/litro. Depois que os deputados e sena-

MARCIO MOREIRA ALVES

Jogos de poder

Quarta-feira o PSDB e parte do PMDB uniram-se ao bloco das esquerdas e derrubaram o artigo 56 do relatório do deputado Eliseu Resende que, em forma de substitutivo, regulamenta a indústria e cria a Agência Nacional do Petróleo. O artigo garantia a cinco distribuidoras exclusividade na revenda de derivados. A Associação dos Engenheiros da Petrobras assegura que a medida era um presente de 3,6 bilhões anuais a estas empresas.

O Globo - 21/3/97

dores quebraram o monopólio do petróleo (entre outras promessas, para reduzir os preços) e com a liberação dos preços das distribuidoras, a gasolina passou a custar R\$ 0,77/litro, sem que a Petrobras aumentasse o seu preço. E o deputado Eliseu Resende, em entrevista à imprensa, já avisou que este preço deverá ser aumentado para mais de R\$ 1 por litro.

Tudo isso parece absurdamente incompreensível. Porém, se não existisse o sigilo bancário, com toda certeza, principalmente examinando as contribuições recebidas por políticos em campanha eleitoral, ou confrontando os seus fabulosos patrimônios com seus *pro labores*, iríamos entender o entreguismo no substitutivo.

Se nada for feito para alterar profundamente o substitutivo, a Petrobras será destruída e os mais atingidos serão as futuras gerações de brasileiros que amargarão uma profunda crise de desempregos e de desesperança.

José Conrado

Vice-Diretor de

Comunicação da AEPET

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Nilo Peçanha, 50, grupo 2.409 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20020-100 - Tel.: (021)220-4774 - Fax: (021)262-9224 - E-mail: aepet@ax.apc.org.

■ Boletim da AEPET - Reprodução permitida

■ Jornalista Responsável: Celeste Cintra

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Lúcio Santos Assessoria de Comunicação - Tel.: (021)225-3043